



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

NOTA TÉCNICA SEI Nº 1676/2024-SFI-ANM/DIRC

PROCESSO Nº 48051.000116/2024-55

INTERESSADO: CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

1. **ASSUNTO**

1.1. Trata-se de resposta ao DESPACHO Nº 24459/AIG/ANM/2024 (SEI nº 11466197), relativo à Solicitação de Auditoria nº 01 (SEI 11466078).

2. **INTRODUÇÃO**

2.1. A demanda encaminhada à SFI com o objetivo de atender a demanda da Controladoria Geral da União (CGU), encaminho a Solicitação de Auditoria nº 01 (SEI 11466078) para conhecimento e providências.

2.2. A resposta é requerida por meio de **Nota Técnica**, identificando a solicitação de auditoria e item, conforme documento "Nota Técnica Modelo e Orientações" (SEI 11466272) e observando as diretrizes da Portaria ANM nº 971, de 23/03/2022 (SEI 10810769).

2.3. Em decorrência dos trabalhos da auditoria em curso nessa Unidade, e considerando o disposto no artigo 26 da Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, solicita-se a apresentação das seguintes informações:

2.4. I - A análise dos documentos juntados no Processo SEI nº 27225.006648/1965-86, do título minerário de salgema da Braskem, verificou a citação a algumas vistorias e reuniões, contudo, a equipe de auditoria não teve sucesso na localização da documentação correspondente. Dessa forma, solicita-se a apresentação dos seguintes documentos e as justificativas para o caso da inexistência dos mesmos:

2.5. a - Relato, relatório ou formulário da vistoria porventura realizada pelo DNPM para verificações pertinentes sobre o desativamento do poço nº 4, comunicado pela Salgema Mineração Ltda ao DNPM através do Ofício de nº MINER-CE010/89 (fl. 887, nº SEI 8046798\_pasta 4).

2.6. **Resposta:** *A empresa Salgema Mineração Ltda comunicou ao DNPM por meio do Ofício MINER-CE010/89 (fl. 887, Doc. SEI nº 8046798 - Pasta 12) que o poço (mina) nº 4 fora desativado em 10/07/1989. Por sua vez, o DNPM realizou inspeção in loco em Fev/1990, conforme registrado no Relatório Fotográfico constante das fls. 924 a 936 – Doc. SEI nº 8046932 – Pasta 12.*

2.7. a.1) Solicita-se, ainda, neste caso, que seja informado se a ANM tem a prática de vistoriar a instalação da empresa mineradora, após comunicação de desativamento de poços/minas pela mesma, e se esta prática está prevista e regulamentada por norma ou procedimento interno da agência?

2.8. **Resposta:** *À época, não existia norma regulamentar ou procedimento interno do DNPM sobre fechamento de mina. Esse tema só veio a ser regulamentado por meio da Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001, que aprova as Normas Reguladoras de Mineração - NRM, de que trata o Art. 97 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, especificamente, a NRM-20 – que trata da Suspensão, Fechamento de Mina e Retomada das Operações Mineiras. Em função das alterações legislativas sobre o assunto, a ANM editou a Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021, que dispõe sobre as regras referentes ao Plano de Fechamento de Mina (PFM) e revoga as Normas reguladoras da Mineração nº 20.4 e nº 20.5. O fechamento da mina é uma etapa da atividade de mineração, portanto está sujeito à fiscalização do órgão regulador, cujo Plano de Fechamento de Mina deve ser analisado, fiscalizado e aprovado o relatório final de sua execução.*

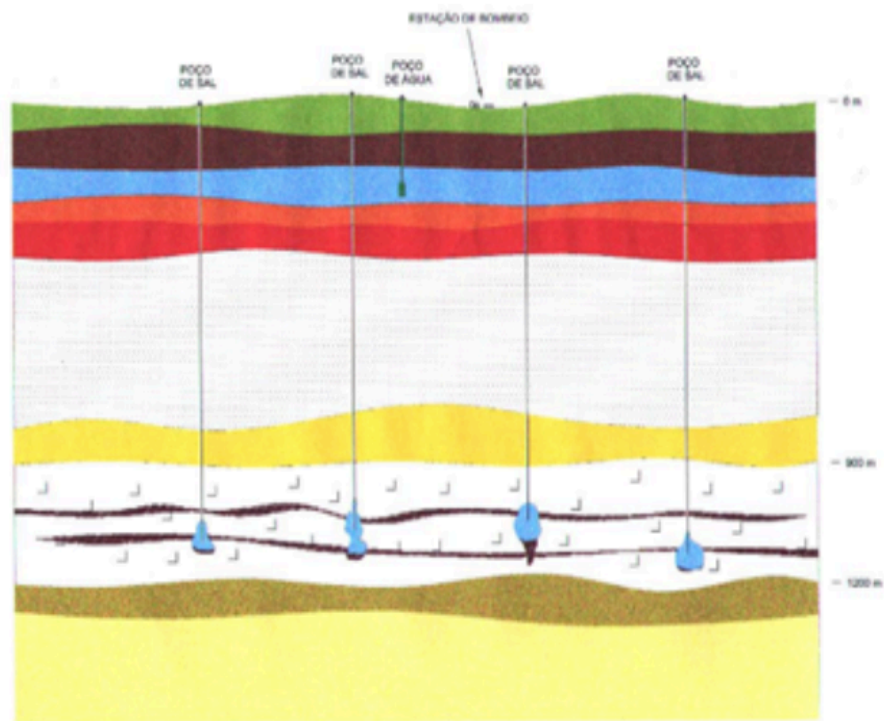
2.9. b - Relato, relatório ou formulário da vistoria porventura realizada, em 09/05/2005, nas instalações da Braskem S.A., a qual foi noticiada através do Ofício de nº 115/25º DS-2005 emitido pelo DNPM (fl.1244, nº SEI 8048635\_pasta 6), cujo teor trata de encaminhamento de cobrança de reembolso das despesas com vistoria nas instalações da Braskem S.A. por profissionais do DNPM.

2.10. **Resposta:** *Na verdade, o relatório de que trata o Ofício nº115/25º DS – 2005 (fl. 1244 – Doc. SEI nº 8048635 – Pasta 15) não se refere à fiscalização, mas a uma visita técnica realizada pelo Engº de Minas Reginaldo Cal, na mina e nas instalações industriais da concessionária. Por essa razão, o técnico não fez juntada do mesmo ao processo.*

2.11. c - Relato, relatório ou formulário da vistoria porventura realizada, em 30/08/2013, nas instalações da Braskem S.A., a qual foi noticiada através do Ofício de nº 539/SUPERINTÊNCIA/DNPM/AL/2013 (fl.1755, nº SEI 8050579\_pasta 8), emitido pelo DNPM, cujo teor trata de encaminhamento de cobrança de reembolso das despesas com vistoria realizada nas instalações da Braskem S.A. por profissionais do DNPM.

2.12. **Resposta:** *O Relatório de que trata o Ofício N.º 539/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/AL/2013 (fl. 1755 – Doc. SEI nº 8050579 – Pasta 19) se refere a vistoria realizada na área da concessionária conjuntamente com o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas/AL (IMA/AL), em 30/08/2013, visando atender demanda do Ministério Público de Alagoas (MPF/AL) para averiguar eventual contaminação do aquífero na área da Braskem S.A. (Relatório anexo).*

- 2.13. Este Relatório de Fiscalização de Apuração de Denúncia (SEI nº 11976576) encontra-se apensado ao processo SEI 48425.944114/2013-21 (SEI nº 11976432), o qual foi anexado à presente Nota Técnica.
- 2.14. d – Ata de reunião ou Registro formal da pauta discutida, referente à reunião realizada em 13/06/2013, entre representantes do DNPM e Braskem S.A., noticiada através da correspondência da Braskem ao DNPM, datada de 10/12/2013 (fls. 1768 a 1769, nº SEI 8050626, pasta 8).
- 2.15. **Resposta:** *A reunião realizada com a Braskem S.A., em 13/06/2013, foi para tratar do prazo para cumprimento da exigência de apresentação do laudo de mecânica de rochas, conforme expressamente constante do documento datado de 10/12/2013 (fls. 1768 a 1769 – Doc. SEI nº 8050626 – Pasta 19). Cumpre esclarecer que o DNPM/ANM não tem a prática de fazer o registro em ata do atendimento ao público. Faz apenas o registro dos participantes ou faz o registro em um formulário de controle.*
- 2.16. Anexo - Modelo do formulário de atendimento. SEI ([11853624](#)).
- 2.17. **e - Relato, relatório ou formulário da vistoria porventura realizada, em 10/10/2016, nas instalações da Braskem S.A., a qual foi noticiada através do formulário de fiscalização emitido pelo DNPM em 19/07/2017, juntado no processo - fls.1904 a 1910, nº SEI 8051036\_pasta 9.**
- 2.18. O Ofício cobrando taxa de vistoria está na pasta 21, fl 1899 SEI ([8051023](#)). Não localizamos o relatório.
- 2.19. **f - Ata de reunião ou Registro formal da pauta discutida, referente à reunião realizada em 14/03/2018, entre representantes do DNPM/ANM e Braskem S.A., em Brasília/DF, noticiada através do Registro de Reunião (Lista de participantes) discriminando os participantes, juntado no processo - fls. 2759, nº SEI 8052998\_pasta 11.**
- 2.20. **Resposta:** *Como dito anteriormente, o DNPM/ANM não tem a prática de fazer o registro em ata do atendimento ao público ou de suas reuniões. Apenas faz o registro dos participantes ou faz o registro em um formulário de controle. A reunião em questão foi decorrente da abertura de uma fissura no terreno do Bairro Pinheiros na cidade de Maceió/AL, após os eventos chuvosos ocorridos em 15 de fevereiro de 2018 e do evento de 03 de março de 2018, quando foi registrado um sismo (tremor do terreno) de 2,4 de mR (magnitude na escala Richter) na região. E nessa reunião foi tratado sobre o cumprimento de exigências formuladas pelo DNPM e providências a serem adotadas pela empresa.*
- 2.21. **II – Apresentar as justificativas (técnicas ou não) ou motivações que levaram o técnico do DNPM recomendar a exigência da apresentação de laudo técnico, com ART, para evidenciar que os trabalhos de lavra são conduzidos de forma segura e não representam risco para os moradores da região. Tal recomendação consta no formulário da vistoria realizada nas instalações da Salgema Mineração Ltda, em 20/11/2011, juntado no processo - fls. 1565 a 1570, nº 8050067\_Pasta 7, e foi formalizada por meio do Ofício 198/DNPM/AL-2012 à BRASKEM S.A., juntado no processo - fls.1571 a 1572, nº SEI 8050072\_pasta 7. Ressalta-se que a equipe de auditoria não identificou, nesses citados documentos, o achado da vistoria in loco e/ou a motivação ou norma técnica que embasou a exigência.**
- 2.22. **Resposta:** A recomendação da mencionada exigência consta do Relatório de Vistoria realizada em 20/11/2011 (fls. 1565 a 1570, Pasta 18, Doc. SEI nº 8050067).
- 2.23. *O que motivou a formalização dessa exigência foi o método de lavra empregado, ou seja, trata-se de uma lavra sui generis, onde não se tem acesso direto ao minério. O método de lavra é por dissolução subterrânea formando cavidades, em ocorrências de sal-gema situadas em grandes profundidades (camada de sal entre 900 a 1200 metros de profundidade), extraída sob a forma de salmoura saturada em cloreto de sódio, pela injeção de água por poços tubulares profundos (Figura 1). Em superfície existe apenas a estação de bombeio e as estruturas dos poços para injeção de água e retorno da salmoura, conhecidas como “Árvore de Natal” (Figura 2).*
- 2.24. *Ademais, em razão de ausência de informações sobre a situação das cavidades, foi considerado pertinente a geração de informações sobre a estabilidade das rochas e das cavidades para avaliação e definição de ações futuras.*
- 2.25. **Figura 1** - Profundidade dos poços de salmoura e de água, e formações rochosas sobrejacentes.



2.26.

*Figura 2* - Cabeça do Poço profundo em superfície: “Árvore de Natal”.

2.27.



2.28. *Sendo assim, considerando a evolução das tecnologias e do conhecimento e como uma evolução natural da ação fiscalizatória foi tomada a decisão de formalizar essa exigência para a concessionária apresentar o laudo técnico de mecânica de rochas, com fundamento no art. 47, inciso XIII do Código de Mineração, que nos confere a competência para exigir informações, relatórios, laudos, estudos técnicos, dentre outros documentos técnicos, em decorrência de ação fiscalizatória.*

2.29. Cumpre registrar que, decorridos seis anos, essa mesma exigência foi formalizada novamente por meio do Ofício nº 140/2018-DIRE/DNPM/SEDE, publicada no DOU de 19/09/2018 (Anexo - SEI - 11905504).

### 3. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

3.1. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Jose da Costa Bispo, Gerente Regional**, em 14/03/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Carneiro de Jesus Neto, Superintendente de Fiscalização**, em 14/03/2024, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade](http://www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade), informando o código verificador **11798114** e o código CRC **62449FE4**.